

“Tão importante ao trânsito geral do comércio da província”: os rios na análise dos ofícios enviados pela câmara municipal de Taquari/RS (1850-1852)

Márcia Solange Volkmer¹

Cibele Caroline da Rosa²

Resumo: Os rios desempenharam, ao longo da história humana, um papel central para a subsistência e deslocamento. O Vale do Taquari possui como maior rio aquele que dá nome à região, além de diversos afluentes. Taquari, primeiro município da região, criado em 1849, tinha nas vias fluviais o principal meio de locomoção e desenvolvimento tanto social quanto econômico. Este trabalho pretende analisar os ofícios enviados à Presidência da Província do Rio Grande do Sul pela Câmara Municipal de Taquari no período de 1850 a 1852, ou seja, logo após a lei de emancipação do município, no que diz respeito aos pedidos tecidos sobre o rio Taquari e seus afluentes. Para tanto, é utilizado o aporte da História Ambiental, a metodologia é qualitativa e os procedimentos adotados concernem na revisão bibliográfica sobre história regional e navegação fluvial, além da análise dos ofícios já referidos. Foram utilizados 29 ofícios vinculados ao tema, de um total de 150 referentes aos dois anos analisados. Nesse sentido, destacam-se algumas reivindicações por parte da Câmara: construção de pontes, solicitação de equipamentos e abertura de margens do rio Taquari e ainda os processos de arrematação.

Palavras-chave: Vias fluviais. Câmara Municipal. Correspondência.

Abstract: The rivers have played, through the human history, a central point for subsistence and movement. The Taquari's Valley is named after the largest river of its region, possessing several tributaries. Taquari, the first town in the region, established in 1849, had in the waterways its main mean of transportation and socioeconomic development. This study aims to analyse the letters sent to the Presidency of the Province of Rio Grande do Sul by the Taquari's town hall from 1850 to 1852, soon after the town's emancipation, in regard to the requests over the river and its tributaries. Therefore, the Ambiental History contribution is utilised. The methodology is qualitative and the procedures adopted encompass the bibliographic review about regional history and river navigation, besides the analysis of the aforementioned letters. Twenty-nine letters linked to the theme were used, from a grand total of 150 referring to the two-years interval analysed. In this sense, three claims from the town hall stand out: bridge building, equipments solicitation and widening of the river's margins. The processes of public sale are also a representative point.

Keywords: Waterways. Town Hall. Correspondence.

INTRODUÇÃO

O Vale do Taquari localiza-se na porção centro-leste do Rio Grande do Sul, com uma população em média de 327.822 habitantes (IBGE 2010) e está acerca de 150 km de Porto Alegre, ligados pela BR-386. Contudo, a movimentação populacional e econômica da região não se deu sempre por meio de rodovias. Os rios que compõem a bacia hidrográfica Taquari-Antas³ desenvolveram uma importância fundamental em relação ao desenvolvimento socioeconômico da região ao longo da presença humana, tendo irrigado e escoado plantações,

¹ Doutora em História pela UFRGS. Professora do Centro Universitário UNIVATES. marcia.volkmer@univates.br

² Graduanda do Curso de História do Centro Universitário UNIVATES. cibele.rosa@univates.br

³ Localizada na porção nordeste do estado do Rio Grande do Sul, que abrange as províncias geomorfológicas do Planalto Meridional e Depressão Central do Jacuí. Os principais afluentes são o rio das Antas, o rio Forqueta, o rio Guaporé e o rio Taquari. A bacia do Taquari-Antas atinge parte dos campos de cima da serra e a região do Vale do Taquari. SECRETARIA do Ambiente e Desenvolvimento, <<http://www.sema.rs.gov.br/bacia-hidrografica-taquari-antas>>. Acesso em 30 de abril de 2017.

além de servir como meio para a colonização das áreas do atual Vale do Taquari e uma barreira natural em tempos de guerra entre as coroas ibéricas⁴.

Antes da colonização europeia já se encontravam grupos de indígenas, dentre eles antecedentes dos atuais Kaingang, que ainda se localizam na região. O início da povoação europeia se deu a partir da doação das primeiras sesmarias, por parte da coroa portuguesa, ainda nas primeiras décadas do século XVIII (CARVALHO, 2002). As primeiras sesmarias foram doadas para o Cap. Francisco Xavier de Azambuja, Pedro Lopes Soares e Antônio Britto Leme, sendo intensificadas a partir de 1760 devido às pressões espanholas na região (CHRISTILLINO, 2004), o que caracteriza uma intensa preocupação com as terras ao sul de Laguna.

Por volta de 1760, os primeiros casais açorianos foram mandados para a região, vindos ou diretamente do arquipélago dos Açores ou eram imigrantes que já se localizavam na região de Laguna, o que fortaleceu a migração interna na América Portuguesa. A partir da chegada dos casais à região, que totalizavam catorze, sete foram colocados em Taquari, onde fundou-se uma freguesia, e sete em Santo Amaro. Estes casais receberam uma data de terras de 272 hectares após a instalação na referida freguesia.

A vila de Taquari foi construída acerca de 18 km da foz do Taquari no Jacuí, à margem esquerda do rio que deu nome ao atual município. Santo Amaro foi construída ao lado direito do Taquari, ficando acerca de 18 km deste e 14 km do Jacuí. O rio era o acesso fluvial no momento, no que se pode concluir que as vilas próximas ao rio também se faziam por necessidade de deslocamento e segurança. Na vila também foi fundado um quartel, pois a visualização permitia um controle sobre quem navegava pelo Taquari. Sendo assim, a imigração açoriana para a região teve um objetivo estratégico militar, já que os casais povoaram a região e ainda colaboraram com o cuidado em relação a Rio Pardo (CHRISTILLINO, 2004).

No final do século XVIII, Taquari fora elevado à categoria de distrito, ainda anexado ao município de Triunfo. No ano de 1849, através da lei provincial nº 160, de 04 de julho do mesmo ano, Taquari tornara-se município, sendo que a partir de então poderia ter uma Câmara, que no período imperial era composta por sete membros e ainda um secretário

⁴ Para o estudo em questão, foi selecionado apenas o rio Taquari, rio às margens do município de mesmo nome.

(SECRETARIA Municipal da Cultura, 2015). Assim é possível perceber na Ata da 1ª Sessão de 1849, quando o presidente da Câmara de Vereadores saúda a lei de 1834:

A lei da provincia de outubro de mil oito centos e vinte oito, que creou as Camaras Municipaes ou reformou as que existião, *fez certamente hum grande beneficio quando lhes incumbio a administração economica de seus Municipio*, e a exigia e quando da Constituição e das leis, porem tão diminutas erão os rendimentos dessas Camaras atte mil oitocentos e trinta quatro, que nada podião fazer em beneficio de seus Municipios, porque algumas nem tinhão com que pagar seus Empregados, mas com a promulgação da lei de dous de Agosto de mil oito centos e trinta e quatro, que se formou a Constituição do Imperio, desaparecerão esses inconvenientes, porque creado essa lei huma Assembleia Legislativa [ilegível] a Provincia com atribuições de legislarem sobre impostos Provinciae e Municipaes sumirão-se esses obstaculos, principiando as Provincias do Imperio a ter em si os recursos necessarios para [ilegível] de seus interesses materiaes, e as Camaras Municipaes os endimentos precizos para acodir as necessidades de seus Municipios (...) (ATA da 1ª Sessão da Câmara de Taquari. 13 de dezembro de 1849 - grifo nosso).

Eram funções das câmaras municipais: cuidar do centro urbano, bem como de ações de infraestrutura, tais como abrir estradas ou então pontes sobre rios e ainda o cuidado com a segurança da cidade, a partir de criação e manutenção de cadeias. Outras funções ainda diziam respeito ao saneamento e cuidado com animais ferozes, pois os perigos vindos das florestas poderiam representar alguns problemas. Ademais, o cuidado com a saúde e educação dos munícipes deveria ser tema de preocupação de uma câmara, no tocante a construção e manutenção de hospitais ou escolas primárias, dentre muitas outras atividades (SECRETARIA Municipal da Cultura, 2015).

Cabe ressaltar que as câmaras municipais, no Brasil imperial, eram compostas pela elite local. Contudo, como assinala Osório e Kühn (SECRETARIA Municipal da Cultura, 2015), diferente do império português, as câmaras municipais perderam a função judiciária, que passou para as mãos dos juízes de paz, cargo que fora criado numa tentativa de restringir o domínio e poderio destes poderes locais. Ainda assim, pode-se compreender que os interesses da elite do município estariam salvaguardados.

Em 1850, a região do Taquari já encontrava-se densamente povoada. O principal produto do início do século XIX era o trigo, característica das regiões que receberam imigrantes açorianos⁵, mas devido uma praga, conhecida como ferrugem, o trigo praticamente desapareceu das plantações próximas ao Taquari (CARVALHO, 2002). Muitos destes

⁵ A produção de trigo havia sido iniciada próximo à Lagoa dos Patos e mais tarde, com a transferência de muitos casais para regiões mais produtivas (dentre elas o Taquari) e ainda com os conflitos com os espanhóis, o trigo espalhou-se pelo estado (CHRISTILLINO, 2004).

proprietários, atingidos pela crise, abandonaram as antigas sesmarias, e também por baixas na pecuária, intensificada pela guerra civil que assolou a província entre 1835-1845.

Este trabalho tem como objetivo analisar os ofícios emitidos pela Câmara de Vereadores de Taquari à Câmara da Província do Rio Grande do Sul durante o período de 1850 a 1852. É de especial interesse desta pesquisa a relação que este poder público local desenvolveu com o meio ambiente⁶, principalmente com o rio Taquari, no que concerne a construção de pontes sobre rios e afluentes do mesmo ou ainda ao ceder espaços próximos a este através de arrematações. Outro viés importante a ser considerado sobre a relação deste poder público com a natureza é de autorizações ou pedidos deste para o desbarrancamento e posterior abertura das margens de riachos ou até mesmo do Taquari.

A metodologia proposta é qualitativa, na medida em que procura não medir os dados a serem analisados, mas sim identificar suas naturezas (MEZZARROBA; MONTEIRO, 2004). Os procedimentos metodológicos caracterizam-se pela revisão bibliográfica e ainda a análise de ofícios da Câmara de Vereadores de Taquari no período de 1850 a 1852, sendo que no total do período são cento e cinquenta ofícios e foram selecionados vinte e nove deles para a análise e tabulação que demonstram alguma relação do poder público com o meio ambiente.

Cardoso e Vainfas (1997), ao proporem uma análise de documentos, dão indícios do ofício do historiador: o documento não poderia ser visto como algo transparente, ou seja, que as palavras colocadas sobre o papel retratariam a realidade, afinal não seria possível reduzir o passado a textos. Neste sentido, seria necessário “*relacionar texto e contexto*: buscar os nexos entre as ideias contidas nos discursos (...) e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos” (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 378). A partir dos ofícios da Câmara Municipal procura-se entender o contexto econômico e as preocupações e ações políticas vinculadas ao meio ambiente da região.

A “utilidade pública” dos rios: movimentações econômicas e sociais no taquari e afluentes

No século XIX, as vias fluviais eram consideradas um dos principais caminhos de movimentação, tanto econômica quanto social. A historiadora Helen Osório (2007), ao

⁶ Entendemos meio ambiente como um conjunto de elementos abióticos (físicos e químicos) e bióticos (flora e fauna), organizados em diferentes ecossistemas naturais e sociais em que se insere o homem, individual e socialmente. O homem faz parte do meio em que está inserido e estabelece relações com os outros elementos naturais, resultando, de sua ocupação, várias degradações ambientais (TROMBINI, 2016).

analisar as características agrárias do atual Rio Grande do Sul durante o final do século anterior, considera que os principais povoados e freguesias colocaram-se inicialmente às margens ou próximos aos rios, pois desta forma haveria uma maior facilidade no escoamento de algum excedente agrícola para as redondezas e até mesmo para Porto Alegre.

De acordo com Freitas (s/d), a navegação fluvial e as ferrovias foram importantes meios de comunicação e transporte de mercadorias e pessoas a partir da segunda metade do século XIX. A navegação já era o principal meio de transporte utilizado ao longo do período colonial e, antes disso, já utilizado por grupos que habitavam a América antes da chegada dos europeus.

Percebe-se a importância da navegação fluvial também em outras partes do território brasileiro. Lopes (2002), em estudo sobre o comércio interno no Pará na primeira metade do século XIX, acredita que antes do incremento das ferrovias - grande meio de locomoção que adentrou o Brasil oitocentista e provocou uma “revolução nos transportes” (p. 30) - os rios compreendiam um papel central no desenvolvimento da região. Além disso, a autora ainda salienta que o entendimento de progresso econômico gerido durante o período foi muito evidenciado pelo liberalismo, ou seja, processo em que o estado pouco gerenciaria a economia, ao passo de uma suposta mão invisível do mercado.

Processo semelhante a esse encontra-se em um ofício da câmara de vereadores de Taquari, em que é solicitado a abertura de caminhos ou a construção de pontes para o escoamento da produção, de modo que havia uma impossibilidade de o mercado e a economia progredirem sem a interferência pública. É o que acontece com o pedido de uma ponte de madeira sobre o riacho Santa Cruz, ponte em que era reconhecida “a utilidade publica, tanto mais que a torna em consideração com preferência das pontes do Passo Fundo e Passo da Conte” (OFÍCIO nº 2, 1850). Neste sentido é importante ressaltar também que estes são os primeiros ofícios a partir do funcionamento da câmara, instalada em Taquari pela lei nº 160 de julho de 1849, e já tratam sobre rios ou riachos da região, o que demonstra importância dada pelo poder público aos mesmos.

No Ofício nº 14, enviado à Câmara Provincial três meses após o Ofício de número 2, constava novamente o pedido de construção da ponte de madeira sobre o passo de Santa Cruz. Neste ofício ainda cita-se a lei provincial de 1847, o qual solicitava a arrematação para a construção de três pontes na região. Neste décimo quarto ofício, de abril de 1850, há a informação de que não havia nenhum arrematante da ponte, que seria “tão importante ao transito geral do comercio da provincia”. Destarte, é possível perceber a importância dada ao passo Santa Cruz, que faria a divisa com o município de Triunfo, do qual Taquari havia sido

desmembrado. Ainda neste ofício pode-se considerar a tentativa da câmara municipal em adentrar no comércio regional, transformando-se num caminho importante de escoamento de produção para a capital da província, Porto Alegre, pelo rio Jacuí, onde as águas do Taquari escoam.

A concepção de um possível desenvolvimento econômico estaria ligada então à quantia de mercadorias transportadas e as trocas realizadas no período (LOPES, 2002), o que enfatiza uma noção de acumulação de capital tanto por mercadores como pelo poder público. De acordo com o Ofício nº 35, de julho de 1850, haveria a necessidade de alargar algumas beiras do rio Taquari, além de colocar cascalho em outras partes, pois não havia a possibilidade de, em tempos de seca, os navios ancorarem. Além disso, prejudicava o escoamento da produção local e de serrarias da região, que exportavam o tabuado através do Taquari, já que tanto tábuas quanto lajes não eram imediatamente transportados, e precisavam de um local para o seu armazenamento.

Neste seguimento, é importante perceber que a relação que o poder público detinha sobre o meio ambiente - e neste caso, o rio - era de fins econômicos, uma vez que tanto o alargamento de uma margem do rio quanto o fato de utilizar cascalho para as melhorias da circulação de bens demonstram um claro avanço do homem sobre a natureza, nos moldes que Martins (2007) apresenta a história ambiental.

Na segunda metade do século XIX, as atividades econômicas na região eram, principalmente, ligadas às florestas. A produção de tábuas de pinho ocupava o primeiro lugar no início da década de 1850. A serra próxima à Vila de Taquari era rica nestas madeiras e a proximidade com a região de Porto Alegre colaborava na exportação das mesmas. Em segundo lugar, acontecia a extração de erva-mate e em terceiro, a extração de pedras (CHRISTILLINO, 2004). Tais produções – essencialmente extrativistas - vinham a compor a produção de Taquari juntamente com a agricultura, destacando-se o feijão, a mandioca e o milho (CHRISTILLINO, 2004; CARVALHO, 2002). Estes últimos eram também empregados na criação de porcos e destes, além da carne, retirava-se a banha. A importância da floresta na economia local é passível de ser percebida a partir do Ofício nº 2, de 14 de janeiro de 1851. Neste, é estabelecido o imposto de 1% sobre todo o tabuado que fosse exportado naquele ano, tendo, inclusive, que pagar esta quantia de taxa o tabuado que já havia sido serrado no ano anterior.

É possível, então, perceber que a economia da região ligava-se diretamente com a extração do meio natural, demonstrando uma intensa relação entre o humano e o meio, sendo que o primeiro colocava-se em posição de domínio sobre o segundo (MARTINS, 2007). Posto

isto, tanto a extração de madeira quanto de erva-mate ou de pedras, colaboravam numa alteração do meio local. Além disso, os rios se colocavam como de fundamental importância para a escoação da produção, já que o acesso fluvial era o meio mais rápido para se chegar à capital da província, Porto Alegre. O Taquari seria então os caminhos líquidos do escoamento da produção (FERRI, 1991).

Pádua (2006), ao analisar como o pensamento político de final de setecentos até o ano da abolição da escravidão no Brasil percebia as alterações no meio ambiente, considera que muitos intelectuais brasileiros pensavam nos danos que a ação humana estava causando no meio. Contudo, este pensamento estava unicamente ligado a uma ideia de sobrevivência deste meio para um melhor aproveitamento dele, ou seja, para que os recursos oferecidos pudessem durar por mais tempo. Tal pensamento ou *preocupação* não foi possível encontrar nos ofícios da Câmara de Vereadores de Taquari, no livro analisado. O que foi possível localizar são ofícios que pedem verbas do governo provincial para a limpeza de arroios ou então pedidos para aberturas de margens, como o já citado Ofício nº 35, de julho de 1850. Ainda acerca da ação do poder público sobre o meio é possível localizar o Ofício nº 25, de dezembro de 1851, em que se pede “melhoramentos que o publico *urgentemente* reclama”⁷.

Cabe salientar que a câmara de vereadores, no período imperial, como já mencionada, era composta pela elite dos municípios, o que nos faz pensar e refletir sobre qual seria o público que reclamaria por melhoramentos. Da mesma forma, evidencia-se a preocupação do poder público com essas ações. Estes melhoramentos, ainda conforme o Ofício acima, estavam relacionados à abertura de caminhos tanto pela via terrestre quanto fluvial, para “o bem da indústria e comércio” (OFÍCIO nº 25, 1851). Novamente neste ofício é solicitada verba para a construção de uma ponte de madeira numa das sangas às margens do Taquari e a solicitação para cascalhos a serem colocados próximo ao rio para uma melhor movimentação das cargas. A justificativa se dá no ofício:

[...] O ponto de embarque desta Villa no lugar denominado = Arroio = carece de mais espazo para *commodamente receber e depositar os generos de exportação, susceptiveis, como taboado, lajes e tanto mais porque alongam-se pela margem do rio, dá lugar a melhor acoradouro fora do arroio, que em tempo de baixar o rio, priva a sahida das embarcações, que alem deste mal sofrem no mesmo tempo o da destruição lenta no casco do navio, cansada pelos vermes, que há na agua estagnada do atual acoradouro, o que não acontece no rio [...]* (OFÍCIO nº 25, 1851, grifo nosso).

⁷ Grifo nosso.

Nessa perspectiva, o ideal empregado pelo poder público era de natureza econômica, visto que se considerava o meio como uma utilidade para o desenvolvimento econômico tanto do município quanto dentro da economia da província. Neste ofício pode-se perceber que tanto o tabuado quanto a circulação de lajes eram fatores importantes na economia local, pois sua presença no escoamento desempenhavam uma necessidade de adequação do rio e dos arredores pelo poder público. Para além disso, o rio ainda desempenhava um papel central neste escoamento de produção, desde os finais do século XVIII, como Osório (2007) já havia ressaltado, chegando até a metade do século XX.

Kreutz et.al (2011) salienta que o rio Taquari desempenhou um papel de grandeza na história regional, tanto que dá nome a uma cidade e ao Vale. O rio Taquari que, portanto, dá nome à região, é o mais importante da bacia, com uma extensão maior do que 150 Km de comprimento. Além disso, durante o século XIX, os principais produtos transportados nestes caminhos líquidos⁸ eram milho, feijão, erva-mate, galinhas, ovos, carne, gordura animal (banha), entre outros (KREUTZ et.al, 2011) que garantiram o dinamismo econômico da região.

Como o Taquari possui uma extensão relativamente grande de uma margem à outra, as possibilidades de comunicação ganham destaque nas preocupações da Câmara. O Ofício 025, de 1850, solicita uma barca com o argumento de que seria impossível a construção de uma ponte que ligasse a margem esquerda à direita, devido aos custos elevados que a construção exigiria. Assim, uma barca poderia contornar a situação, já que esta poderia solucionar “as dificuldades e prejuízos dos viajantes condutores de carretas e tropas de gado que as vezes tem demorar de seis e mais dias por transtornos frequentes, onde não há barca” (OFICIO 025, 1850).

Consta ainda neste mesmo ofício o pedido para que a barca solicitada seja aquela que estava em Cachoeira, mas que não seria mais ocupada naquele município, sendo que poderia então ser transferida para Taquari. Os representantes da Câmara argumentam que a barca seria muito importante para o município, facilitando o trânsito de pessoas e mercadorias. Neste sentido, no entender dos componentes da Câmara de Taquari, o objetivo da barca seria o de melhorar o trânsito de bens e pessoas, sendo que o rio desempenharia papel central no desenvolvimento econômico.

⁸ FERRI, 1991.

Contudo, a morosidade do poder público atrapalhou os planos imediatos da Câmara. A aprovação da barca para Taquari se deu de forma rápida; entretanto, como atesta o ofício número 34, de julho de 1850, a barca chegou na cidade sem a espia, a âncora e uma corrente de ferro, devido a uma cheia do Jacuí que levava tais equipamentos. Este ofício, então, solicitava o envio dos instrumentos para que a barca pudesse ser posta em funcionamento. Demora que foi se resolver apenas em outubro daquele ano: o ofício nº 51 acusa o recebimento da espia e do freixo e aponta para uma portaria do mês de agosto de 1850 que teria mandado comprar tais equipamentos. Assim, no ofício 53 de 1850, a Câmara Municipal de Taquari agradece pela barca, que a partir de então poderia entrar em funcionamento.

Outro ponto importante a ser destacado são as arrematações de passos ao longo dos afluentes e do próprio rio Taquari. Estas arrematações foram realizadas ao longo de sessões da Câmara e os Ofícios destinados à Presidência da Província pediam a autorização destas ações. Sendo assim, uma possibilidade a ser considerada é que estes espaços ambientais eram utilizados em benefício deste setor público que, não tendo condições de usufruir do espaço por conta própria, arrematava por uma quantia, normalmente pelo período de dois anos.

Dos vinte e nove ofícios analisados e que foram enviados à Presidência da Província durante o período, mais de um terço pedem a aprovação de arrematações pelo presidente da província. Dentre eles, os ofícios de números 03 e 29, ambos de 1850, solicitam a definição da província relativos ao pertencimento dos passos do Jacuí e do arroio Santa Cruz (Ofício 03 de 1850) e o arroio João Rodrigues (Ofício 29 de 1850). A definição deste último deveria ser ou para Taquari ou para Rio Pardo, e o Ofício 03, entre Taquari e Triunfo para que os municípios pudessem proceder com as arrematações. No Ofício 03 a justificativa para que Taquari fosse beneficiado com as posses, seria de que ambos os caminhos - arroio Santa Cruz e rio Jacuí - faziam a divisa com Rio Pardo, e ambos estariam mais próximos à Taquari do que ao município vizinho. Escreve o secretário Antônio Baptista da Costa que o Santa Cruz estaria há dois quilômetros de distância de Taquari enquanto que de Triunfo, estaria há quatro.

Nessa perspectiva, é possível considerar que a Câmara do município tinha real interesse nos passos para que pudesse arrematá-los e assim proceder com os rendimentos advindos de tais ações. O Ofício 07 de 1850 solicita à Presidência da Província a liberação para a criação de mais passos ao longo do Taquari, sendo que um seria no arroio Castelhana e outro no Sampaio, ambos na margem direita do rio principal que cortava Taquari.

Os valores das arrematações variavam: desde dezesseis mil réis por um dos passos do arroio Santa Cruz até cento e trinta e cinco mil réis para um passo do Taquari. Desta forma, infere-se acerca do valor considerável sobre o Taquari, principal rio da região, onde haveria maior fluxo de mercadorias e pessoas, ou seja, uma densidade de movimentação econômica e social – e por isso da valorização da área.

Contudo, nem todos os passos representavam lucro para os arrematantes, que pagavam um valor fixo durante o período do contrato. É o caso do passo do arroio Castelhana, em que o arrematante Valentim Antunes Brito solicitava a revogação do contrato, pois o mesmo “nenhum lucro pode tirar com que possa subsistir com sua família” (OFÍCIO 014, 1852). Este caso, o único encontrado nos registros analisados, demonstra que a acumulação de capital não estava apenas prevista pelo poder público, como também na iniciativa privada. O que podemos considerar como uma parceria entre o poder público e a iniciativa privada reforçam a utilização econômica do rio, e os lucros advindos dessas atividades. Configura-se um cenário em que o espaço territorial no qual Taquari está inserido no século XIX não é preservado em seus elementos naturais, mas gerido a partir de uma visão de lucratividade que o meio poderia gerar.

Considerações finais: os rios e a inserção de taquari na economia da província

Assim como exposto durante a análise dos ofícios da Câmara de Taquari, é possível perceber que o rio Taquari e seus afluentes desenvolveram papel fundamental na movimentação econômica e social do recém-criado município. Contudo, não era a única forma de movimentação, já que piques e estradas foram abertos no período, principalmente com a intenção de ligar Taquari aos demais circuitos comerciais da província. Entretanto, a ineficácia destes outros caminhos dava aos rios um papel central no deslocamento e crescimento socioeconômico da região.

O município fez do rio Taquari uma grande alavanca na movimentação de mercadorias, pois os caminhos líquidos eram a forma de transporte mais rápido para o período na região. Contudo, apesar desta destreza, há relatos de estrago nos cascos dos barcos, pois o transporte de lajes e tabuado não era feito de forma imediata, o que fazia com que algumas embarcações esperassem por mais tempo. Tal demora provocou um pedido à província para aumentar a margem do rio, como demonstrado no Ofício 35 de 1850, favorecendo o armazenamento de mercadorias.

Outro ponto a ser destacado nesta análise é a morosidade do poder público, que foi expressado em duas situações: no pedido da ponte sobre o arroio Santa Cruz e da barca para o rio Taquari. Ambas se apresentam como resultado direto da interferência do poder público e deixam evidentes as disposições sobre o espaço conformado pelo rio. Por outro lado, sem desconsiderar arranjos realizados pelas elites, revelam um contexto de carência de estrutura e recursos de comunicação, o que acabava prolongando a espera pela realização das ações pretendidas.

Por fim, é possível compreender que o posicionamento desta Câmara Municipal em relação ao meio e, principalmente, as ações destinadas aos rios davam-se por necessidades e propósitos econômicos, e também como uma tentativa de se conectar aos outros pontos da província. Há inúmeros ofícios que solicitam a abertura de margens do Taquari bem como de caminhos para essa vinculação. Os fins seriam essencialmente econômicos, no entanto, se compreende que apesar de não existir nenhum engajamento ou preocupação ambiental, pois há de se considerar que não era um pensamento da época, a existência e preservação das vias fluviais recebiam atenção diferenciada do poder público do município.

REFERÊNCIAS

ACERVO Centro de Memória UNIVATES. Ata da 1ª Sessão da Câmara de Taquari. 13 de dezembro de 1849.

ACERVO Centro de Memória UNIVATES. Ofício nº 02 da Câmara de Vereadores de Taquari, 1850.

ACERVO Centro de Memória UNIVATES. Ofício nº 03, da Câmara de Vereadores de Taquari, 1850.

ACERVO Centro de Memória UNIVATES. Ofício nº 07, da Câmara de Vereadores de Taquari, 1850.

ACERVO Centro de Memória UNIVATES. Ofício nº 14, da Câmara de Vereadores de Taquari, 1850.

ACERVO Centro de Memória UNIVATES. Ofício nº 29, da Câmara de Vereadores de Taquari, 1850.

ACERVO Centro de Memória UNIVATES. Ofício nº 34, da Câmara de Vereadores de Taquari, 1850.

ACERVO Centro de Memória UNIVATES. Ofício nº 35, da Câmara de Vereadores de Taquari, 1850.

ACERVO Centro de Memória UNIVATES. Ofício nº 51, da Câmara de Vereadores de Taquari, 1850.

ACERVO Centro de Memória UNIVATES. Ofício nº 52, da Câmara de Vereadores de Taquari, 1850.

ACERVO Centro de Memória UNIVATES. Ofício nº 02, da Câmara de Vereadores de Taquari, 1851.

ACERVO Centro de Memória UNIVATES. Ofício nº 25, da Câmara de Vereadores de Taquari, 1851.

ACERVO Centro de Memória UNIVATES. Ofício nº 14 da Câmara de Vereadores de Taquari, 1852.

CARSOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In. CARSOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 375-400.

CARVALHO, Vera Regina. Da ilha de açores à freguesia de Taquari: uma trajetória dos imigrantes açorianos no continente de Rio Grande. **Revista Estudo & Debate**, v. 9, n. 1, Lajeado, 2002, p. 39-57.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações de terras na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (O Vale do Taquari no período de 1840-1889).** São Leopoldo, 2004.

KREUTZ, Marcos Rogério [et.a]. **Arroio do Meio: entre rios e povos.** Lajeado: Ed. da Univates, 2011.

FERRI, Gino. **História do rio Taquari-Antas.** Encantado: Grafen Encantado, 1991.

LOPES, Siméia ded Nazaré. **O comércio no Pará oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855.** [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Pará: Belém, 2002.

MARTINS, Marcos Lobato. **História e Meio Ambiente.** São Paulo: Annblume; Faculdades Pedro Leopoldo, 2007.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Claudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito.** 2 ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2004.

OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-7888.** 2ªEd. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

SECRETARIA Municipal da Cultura. **Guia de fundos das Câmaras Municipais do Rio Grande do Sul**: período colonial e imperial 1747 a 1889. Porto Alegre: Editora da Cidade, 2015.

TROMBINI, Janaíne. **Imigrantes italianos e seus descendentes na microrregião oeste do Vale do Taquari**: história ambiental e práticas culturais. [Dissertação. Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento]. Centro Universitário Univates, Lajeado, 2016.